LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

TECNOLOGIAS DIGITAIS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE UMA SEXUALIDADE SAUDÁVEL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

DIGITAL TECHNOLOGIES AND THE PRODUCTION OF SUBJECTIVITY: CHALLENGES FOR THE DEVELOPMENT OF HEALTHY SEXUALITY IN CHILDHOOD AND ADOLESCENCE

TECNOLOGÍAS DIGITALES Y PRODUCCIÓN DE SUBJETIVIDAD: DESAFÍOS PARA LA FORMACIÓN DE UNA SEXUALIDAD SALUDABLE EN LA INFANCIA Y ADOLESCENCIA

https://doi.org/10.56238/levv17n59-031

Data de submissão: 15/03/2026 **Data de publicação:** 15/04/2026

Francisca Oliveira de Araujo Braga
Mestre em Ciencias de la Educación
Instituição: Universidad Autónoma del Sur (UNASUR)
E-mail: francisca.frances@yahoo.com.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-1945-7261

RESUMO

Este artigo analisa a produção de subjetividade na contemporaneidade diante do avanço das tecnologias digitais, articulando esse fenômeno aos desafios da educação preventiva para a promoção de uma sexualidade saudável na infância e adolescência. Parte-se do problema da crescente exposição de crianças e jovens a conteúdos digitais que influenciam comportamentos, percepções e processos de construção identitária. O estudo tem como objetivo examinar o papel da educação preventiva, fundamentada na Psicanálise freudiana e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como estratégia de mediação desses impactos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo-analítico, que investiga como mídias digitais, como redes sociais, aplicativos e plataformas de entretenimento, afetam a subjetividade e ampliam a vulnerabilidade a riscos, incluindo erotização precoce, violência e exploração sexual. Os resultados indicam que a ausência de mediação crítica potencializa tais riscos, enquanto a atuação integrada entre escola e família contribui para a proteção e o desenvolvimento saudável. Conclui-se que a educação preventiva, orientada por fundamentos teóricos e práticas dialógicas, é essencial para enfrentar os efeitos das tecnologias digitais e promover uma sexualidade consciente e protegida.

Palavras-chave: Produção de Subjetividade. Novas Tecnologias. Educação Preventiva. Sexualidade. Psicanálise.

ABSTRACT

This article analyzes the production of subjectivity in contemporary society in the face of the advancement of digital technologies, linking this phenomenon to the challenges of preventive education aimed at promoting healthy sexuality in childhood and adolescence. The study addresses the growing exposure of children and young people to digital content that influences behaviors, perceptions, and identity-construction processes. Its objective is to examine the role of preventive education, grounded in Freudian psychoanalysis and the National Curriculum Parameters, as a

mediating strategy for these impacts. This is a bibliographic, descriptive-analytical study that investigates how digital media, such as social networks, apps, and entertainment platforms, affect subjectivity and increase vulnerability to risks including early sexualization, violence, and sexual exploitation. The findings indicate that the absence of critical mediation intensifies these risks, whereas integrated action between school and family contributes to protection and healthy development. It is concluded that preventive education, guided by theoretical foundations and dialogical practices, is essential to address the effects of digital technologies and promote conscious and protected sexuality.

Keywords: Production of Subjectivity. Digital Technologies. Preventive Education. Sexuality. Psychoanalysis.

RESUMEN

Este artículo analiza la producción de subjetividad en la contemporaneidad frente al avance de las tecnologías digitales, articulando este fenómeno con los desafíos de la educación preventiva para la promoción de una sexualidad saludable en la infancia y adolescencia. Se parte del problema de la creciente exposición de niños y jóvenes a contenidos digitales que influyen en comportamientos, percepciones y procesos de construcción identitaria. El estudio tiene como objetivo examinar el papel de la educación preventiva, fundamentada en el psicoanálisis freudiano y en los Parámetros Curriculares Nacionales, como estrategia de mediación de estos impactos. Se trata de una investigación bibliográfica, de carácter descriptivo-analítico, que investiga cómo los medios digitales, como redes sociales, aplicaciones y plataformas de entretenimiento, afectan la subjetividad y amplían la vulnerabilidad a riesgos, incluyendo erotización precoz, violencia y explotación sexual. Los resultados indican que la ausencia de mediación crítica potencia dichos riesgos, mientras que la actuación integrada entre escuela y familia contribuye a la protección y al desarrollo saludable. Se concluye que la educación preventiva, orientada por fundamentos teóricos y prácticas dialógicas, es esencial para enfrentar los efectos de las tecnologías digitales y promover una sexualidad consciente y protegida.

Palabras clave: Producción de Subjetividad. Nuevas Tecnologías. Educación Preventiva. Sexualidad. Psicoanálisis.

1 INTRODUÇÃO

A educação, enquanto prática social, desempenha papel central na formação integral do sujeito, ao promover a construção de conhecimentos, valores e experiências que o constituem como ser social. Nesse processo, a sexualidade ocupa posição estruturante, uma vez que atravessa o desenvolvimento psíquico desde a infância, conforme demonstrado pela Psicanálise freudiana. Na contemporaneidade, entretanto, a intensificação do uso das tecnologias digitais, como redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de entretenimento, introduz novos elementos na produção da subjetividade, especialmente entre crianças e adolescentes.

Esse cenário é marcado por uma exposição contínua a fluxos de informação que influenciam comportamentos, percepções e formas de interação social. Crianças e jovens passam a construir referências sobre o corpo, o desejo e as relações a partir de conteúdos frequentemente descontextualizados, o que pode favorecer a formação de concepções distorcidas acerca da sexualidade. Além disso, a mediação tecnológica amplia a vulnerabilidade a riscos como erotização precoce, abuso sexual, pedofilia e violência doméstica, configurando um problema relevante para o campo educacional.

Diante dessa realidade, evidencia-se uma lacuna na capacidade das instituições tradicionais – especialmente escola e família – de mediar criticamente os impactos das tecnologias digitais na formação subjetiva. Embora tais instâncias continuem sendo fundamentais no processo educativo, observa-se que, muitas vezes, não acompanham a velocidade e a complexidade das transformações tecnológicas, o que compromete a orientação adequada de crianças e adolescentes.

Nesse contexto, a educação preventiva emerge como uma estratégia necessária para enfrentar os desafios contemporâneos relacionados à sexualidade. Mais do que transmitir informações, trata-se de promover espaços de diálogo, reflexão crítica e construção de autonomia, possibilitando que os sujeitos em formação compreendam seus processos internos e desenvolvam mecanismos de proteção frente aos estímulos externos.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a educação preventiva como instrumento de promoção de uma sexualidade saudável na infância e adolescência, à luz da Psicanálise. Especificamente, busca-se: (i) discutir a importância da orientação sexual nas séries inicais do Ensino Fundamental; (ii) compreender o papel da escola como espaço de mediação; e (iii) examinar como a educação para a sexualidade pode atuar como mecanismo de proteção diante dos riscos do ambiente digital.

A pesquisa fundamenta-se em abordagem bibliográfica, de caráter descritivo-analítico, articulando contribuições da Psicanálise, da educação e dos estudos sobre cultura digital. Ao integrar esses referenciais, o artigo pretende contribuir para a compreensão dos efeitos das tecnologias na

produção de subjetividade e para o desenvolvimento de práticas educativas que promovam uma sexualidade saudável, crítica e consciente.

Por fim, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, discute-se a produção de subjetividade na era digital e suas implicações para a sexualidade; em seguida, analisam-se os riscos associados às tecnologias digitais; posteriormente, examina-se o papel da escola e da família como instâncias de mediação; e, por fim, aborda-se a educação preventiva como estratégia de enfrentamento, culminando nas considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE E SEXUALIDADE

2.1 A PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ERA DIGITAL

A subjetividade, longe de ser um núcleo interno invariável ou uma essência metafísica, deve ser compreendida como um processo de produção constante, atravessado por vetores sociais, econômicos e, primordialmente, tecnológicos. Como apontam Guattari e Rolnik (1986) em sua cartografia do desejo, a subjetividade é de natureza industrial e maquínica, produzida em escala global por dispositivos que moldam a percepção do "eu" e do "outro". Na contemporaneidade, essa produção é radicalmente modulada por algoritmos e fluxos informacionais que capturam a atenção e moldam os afetos de forma sutil, porém onipresente.

Nesse contexto, observamos o que Deleuze (1992) descreveu como a transição histórica das sociedades disciplinares para as sociedades de controle. Enquanto a disciplina operava em espaços confinados e estáticos — como a escola clássica, a fábrica ou o hospital descritos por Foucault (1975) em *Vigiar e Punir* — o controle digital é contínuo, gasoso e opera por "modulação". Para a criança e o adolescente, isso significa que a formação de sua identidade não ocorre mais apenas nos limites físicos e geográficos da família ou da escola. A subjetivação agora ocorre na "nuvem", sob a égide do que Zuboff (2019) denomina Capitalismo de Vigilância, onde cada rastro digital, curtida ou tempo de visualização é convertido em matéria-prima para a predição e indução de comportamentos futuros.

As redes sociais funcionam, portanto, como potentes máquinas de subjetivação que operam através de signos e máquinas (LAZZARATO, 2014). Elas não apenas refletem quem somos, mas produzem ativamente modos de ver, sentir e desejar que atendem à lógica do desempenho e do consumo. Segundo Han (2018), vivemos sob uma psicopolítica neoliberal que não mais utiliza a repressão física ou a proibição direta, mas sim a sedução e o estímulo à autoexposição. O sujeito contemporâneo é impelido a uma transparência absoluta, transformando o corpo, a intimidade e a descoberta da sexualidade em uma mercadoria visual passível de métricas de engajamento.

Para a infância e a adolescência, fases marcadas por intensas transformações biopsicossociais, esse imperativo da visibilidade altera a relação com o próprio corpo. A sexualidade, que para a psicanálise é inerente ao ser humano e se manifesta em etapas distintas desde o nascimento (FREUD,

1905/1972), passa a ser atravessada por estímulos virtuais hiperestimulantes e, muitas vezes, descontextualizados. A produção de desejos é capturada por uma lógica de "signos" que antecipam a experiência real, gerando o que Turkle (2011) identifica como um estado de estar "juntos, mas sozinhos". A conexão constante com a tela fragiliza a alteridade e a capacidade de lidar com o tempo do outro, essencial para a formação de vínculos afetivos saudáveis.

Além disso, a subjetividade digital é marcada pela fragmentação. Se em Foucault (2004) as "tecnologias do eu" eram práticas de cuidado e constituição de si, no ambiente virtual elas correm o risco de se tornarem ferramentas de autovigilância e comparação neurótica. A criança, ao navegar por plataformas que utilizam o reforço positivo intermitente (notificações e likes), internaliza uma percepção de valor vinculada à aprovação externa e algorítmica.

Neste cenário, a "multidão" conectada (VIRNO, 2003) substitui a massa passiva, mas essa nova agência traz desafios pedagógicos sem precedentes. As fontes informativas que a criança acessa são múltiplas e frequentemente entram em conflito com os valores éticos trabalhados no ambiente familiar e educacional. A escola, portanto, não pode mais se limitar a ser um local de transmissão de conteúdos; ela precisa atuar como um espaço de mediação crítica, compreendendo que a subjetividade de seus alunos está sendo produzida em tempo real por máquinas que operam em uma velocidade distinta da maturação psíquica necessária para uma sexualidade equilibrada e protegida.

2.2 A SEXUALIDADE INFANTIL E A PSICANÁLISE

As contribuições de Sigmund Freud permanecem como o alicerce mais robusto para uma compreensão científica e profunda do desenvolvimento psíquico. Ao postular sua Teoria Sexual Infantil, Freud (1905/1972) rompe com o mito da "inocência angelical" da criança, demonstrando que a sexualidade não emerge abruptamente na puberdade, mas se manifesta desde os primeiros dias de vida de forma polimorfa e não necessariamente genitalizada. Para a psicanálise, nada ocorre por acaso na psique; a sexualidade é uma pulsão estruturante que se desenvolve em etapas, onde o prazer está vinculado a diferentes zonas erógenas e à relação com o Outro.

Freud estabelece cinco fases fundamentais do desenvolvimento psicossexual: oral, anal, fálica, latência e genital. Cada estágio demanda uma organização psíquica específica. Na fase fálica (3 a 6 anos), o foco desloca-se para a descoberta dos órgãos sexuais e das diferenças anatômicas. É o período das grandes investigações sexuais infantis, onde a curiosidade sobre a origem dos bebês e a manipulação das genitálias são manifestações saudáveis da pulsão de saber (*Wissenstrieb*). No entanto, essa curiosidade, que antes era mediada pela narrativa dos pais ou educadores, encontra hoje no ambiente digital um fluxo torrencial de respostas imagéticas hiper-realistas que a psique infantil ainda não possui recursos simbólicos para processar.

Ao atingir o período de latência (aproximadamente dos 6 anos até a puberdade), ocorre um importante redirecionamento das energias pulsionais para atividades sociais, intelectuais e estéticas. Este período é crucial para a sublimação e para a diferenciação dos papéis sociais. Conforme aponta Vilelas Janeiro (2008), é neste contexto que a escola se consolida como o espaço primordial de socialização e de continuidade da construção da subjetividade. Contudo, a latência contemporânea tem sido "invadida" pela sexualização precoce vinda das telas, o que pode provocar um curto-circuito nesse tempo de espera necessário para o amadurecimento emocional.

É fundamental compreender que a criança não exerce atitudes eróticas valendo-se de motivações sexuais adultas; tratam-se de comportamentos copiados e repetidos daquilo que ela capta do ambiente, muitas vezes sem qualquer entendimento cognitivo ou emocional (MEIRE, 2002). Quando expostas precocemente a conteúdos inadequados via algoritmos de entretenimento, as crianças tendem a reproduzir conceitos distorcidos e performances de uma sexualidade que não lhes pertence. Como bem observa Meirelles (1997), a sexualidade na escola e na família deve ser tratada sob a ótica da proteção e do diálogo, evitando que o "olhar mecânico" da internet substitua o olhar cuidadoso do educador.

A psicanálise destaca que a criança interpreta o mundo a partir de suas fantasias e pulsões. A mediação dos adultos — o "Grande Outro" simbólico — é o que permite que a criança organize seus impulsos e desenvolva uma sexualidade saudável. Quando essa mediação humana é substituída pela interface fria das tecnologias digitais, que operam sob a lógica da gratificação instantânea, a formação subjetiva sofre distorções. Conteúdos violentos ou erotizados, acessados sem o filtro da linguagem e do afeto, podem causar traumas ou fixações, pois a imagem digital se impõe como uma "verdade" nua que atropela a capacidade de simbolização da criança.

Portanto, a educação sexual, conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 2000) e pela UNESCO (2010), deve ser entendida não como instrução biológica, mas como um suporte para que o sujeito em formação possa lidar com as pressões de uma cultura que hiperestimula o corpo enquanto apaga a subjetividade. O papel da escola, aliado à família, torna-se o de restaurar o tempo da infância, protegendo-a da pressa de um mundo digital que ignora os tempos e as fases do desenvolvimento psicossexual.

3 AS NOVAS TECNOLOGIAS COMO AGENTES DE RISCO NA PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

A expansão das tecnologias digitais não apenas transformou a forma como nos comunicamos, trabalhamos ou nos relacionamos; ela reconfigurou profundamente os modos de subjetivação na contemporaneidade. A subjetividade, entendida como o conjunto de processos pelos quais o sujeito se constitui, é hoje atravessada por dispositivos tecnológicos que modulam afetos, percepções, desejos e

comportamentos. Nesse cenário, crianças e adolescentes, sujeitos em formação, tornam-se especialmente vulneráveis aos riscos presentes no ambiente virtual, que vão desde a exposição a conteúdos inadequados até formas graves de violência, como a pedofilia e o abuso psicológico.

A partir de autores como Foucault, Deleuze, Guattari e pensadores contemporâneos da cultura digital, compreende-se que vivemos em uma biopolítica digital, na qual algoritmos, plataformas e fluxos incessantes de dados participam ativamente da produção de subjetividade. Essa biopolítica não opera por coerção direta, mas por modulação contínua, moldando comportamentos e afetos de maneira silenciosa e eficaz. Assim, ao analisar as novas tecnologias como agentes de risco, é necessário compreender que tais riscos não se limitam a crimes explícitos, mas incluem também processos sutis de colonização do imaginário, vigilância, performatividade identitária e fragmentação da atenção — todos com impacto direto no desenvolvimento emocional e sexual de crianças e adolescentes.

3.1 A PEDOFILIA E O AMBIENTE VIRTUAL

O ambiente digital ampliou exponencialmente as possibilidades de interação, mas também os riscos associados a essas interações. A pedofilia, antes restrita a contatos presenciais e situações de proximidade física, encontrou nas redes sociais, aplicativos de mensagens e plataformas de jogos um terreno fértil para o aliciamento, manipulação e exploração sexual de crianças e adolescentes. A Lei nº 11.829/2008, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça o combate à produção, distribuição e armazenamento de pornografia infantil. Contudo, a velocidade, o anonimato e a arquitetura das plataformas digitais dificultam a proteção integral.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a pedofilia como um transtorno da preferência sexual, caracterizado pelo interesse sexual persistente por crianças. No ambiente virtual, esse transtorno encontra meios facilitados de expressão. Pedófilos utilizam perfis falsos, linguagem sedutora e estratégias de manipulação emocional para conquistar a confiança de crianças e adolescentes. Em salas de bate-papo, redes sociais e jogos online, apresentam-se como pares da mesma idade, criando vínculos afetivos artificiais que abrem caminho para o abuso.

A violência sexual, conforme o ECA, configura-se em qualquer ato ou jogo sexual entre um adulto e uma criança, com ou sem contato físico. O artigo 241-B criminaliza a posse e o armazenamento de material pornográfico envolvendo menores, mas a identificação dos agressores permanece um desafio, pois muitos deles aparentam ser pessoas comuns, sem histórico criminal ou comportamentos suspeitos no convívio social.

Do ponto de vista psicanalítico, a exposição precoce a conteúdos sexuais explícitos — mesmo quando não há contato direto com o agressor — pode gerar traumas significativos. Freud, ao descrever as fases do desenvolvimento psicossexual, enfatiza que a criança não possui aparato psíquico para elaborar estímulos eróticos intensos ou violentos. Quando confrontada com imagens ou narrativas

sexualizadas, a criança pode desenvolver ansiedade, confusão, culpa e fantasias persecutórias, interferindo no curso natural da formação da sexualidade.

Além disso, a lógica algorítmica das plataformas contribui para a vulnerabilidade. Os sistemas de recomendação, ao identificar padrões de navegação, podem direcionar crianças a conteúdos inadequados, mesmo sem intenção explícita. A ausência de mediação adulta e a falta de educação digital crítica tornam esse cenário ainda mais perigoso.

A pedofilia no ambiente virtual, portanto, não é apenas um crime, mas um fenômeno que se insere na dinâmica mais ampla da colonização do imaginário pelo algoritmo. Quando a criança é exposta a conteúdos sexualizados ou manipulada por adultos, sua subjetividade é capturada por estímulos que ultrapassam sua capacidade de simbolização. A educação preventiva, nesse contexto, torna-se a principal ferramenta de proteção, pois permite que crianças e adolescentes reconheçam situações de risco, compreendam limites corporais e emocionais e desenvolvam autonomia para buscar ajuda.

3.2 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A INTERNET

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, caracterizado por ações ou omissões praticadas por pais, responsáveis ou adultos próximos, que resultam em abuso físico, psicológico, sexual ou negligência. Embora seja um problema historicamente presente, as novas tecnologias introduziram novas formas de manifestação e agravamento dessa violência.

A internet pode reforçar dinâmicas de violência doméstica de diversas maneiras. Em primeiro lugar, a exposição de crianças a conteúdos violentos — vídeos, jogos, discursos de ódio — pode naturalizar comportamentos agressivos e gerar medo, ansiedade e dessensibilização emocional. Em segundo lugar, adultos podem utilizar dispositivos digitais como ferramentas de vigilância e controle, monitorando conversas, acessos e interações das crianças, o que configura uma forma de violência psicológica.

A violência psicológica, embora menos visível que a física, tem efeitos profundos na subjetividade infantil. Ela diminui a autoestima, gera insegurança e compromete o desenvolvimento emocional. Quando associada ao uso inadequado das tecnologias, seus efeitos são potencializados. O *cyberbullying*, por exemplo, expõe crianças a humilhações públicas, ataques verbais e exclusão social, muitas vezes sem que os adultos percebam. A criança, ao internalizar essas agressões, pode desenvolver quadros de depressão, ansiedade, isolamento e dificuldades de aprendizagem.

Além disso, a lógica da subjetividade algorítmica contribui para a intensificação da violência psicológica. As redes sociais, ao promoverem a comparação constante, a busca por validação e a performance do “eu”, podem fragilizar ainda mais crianças que já vivem em ambientes domésticos

violentos. A necessidade de aprovação digital, somada à falta de apoio emocional no ambiente familiar, cria um ciclo de vulnerabilidade que compromete a formação da identidade e da sexualidade.

A fragmentação da atenção, característica da economia digital, também desempenha papel importante. Crianças expostas a notificações incessantes, vídeos curtos e estímulos rápidos têm dificuldade em desenvolver concentração, autocontrole e capacidade reflexiva. Em contextos de violência doméstica, essa fragmentação impede a elaboração simbólica das experiências traumáticas, dificultando a busca por ajuda e a construção de estratégias de enfrentamento.

Do ponto de vista da biopolítica digital, a violência doméstica se articula com formas contemporâneas de controle e modulação do comportamento. Aplicativos de rastreamento, câmeras internas e monitoramento constante podem ser utilizados por adultos para exercer poder sobre crianças e adolescentes, restringindo sua autonomia e liberdade. Esse controle, embora muitas vezes justificado como proteção, pode se transformar em instrumento de opressão.

As novas tecnologias, ao mesmo tempo em que oferecem oportunidades de aprendizagem e comunicação, também se configuram como agentes de risco na produção de subjetividade. A pedofilia e a violência doméstica são expressões extremas desses riscos, mas não as únicas. A colonização do imaginário pelo algoritmo, a vigilância constante, a performatividade identitária, a fragmentação da atenção e a crise da alteridade compõem um cenário complexo que exige atenção, mediação e educação preventiva.

Por fim, a crise da alteridade — intensificada pelas redes sociais — também impacta a violência doméstica. Quando o outro é reduzido a avatar, perfil ou inimigo, a empatia diminui. Em famílias já fragilizadas, essa desumanização pode agravar conflitos, dificultar o diálogo e aumentar a agressividade. Crianças e adolescentes, sujeitos em formação, necessitam de proteção não apenas jurídica, mas simbólica. A educação preventiva, fundamentada na Psicanálise e articulada com uma compreensão crítica da cultura digital, é essencial para promover autonomia, fortalecer vínculos afetivos e garantir o desenvolvimento saudável da sexualidade.

4 A ESCOLA COMO DISPOSITIVO DE MEDIAÇÃO E RESISTÊNCIA

A contemporaneidade, marcada pela hegemonia das tecnologias digitais, impõe novos desafios à educação sexual. A escola, tradicionalmente vista como um espaço de instrução, precisa ser ressignificada como um território de mediação crítica e produção de subjetividades autônomas. Diante do que Shoshana Zuboff (2019) define como Capitalismo de Vigilância, onde cada desejo e rastro digital é transformado em matéria-prima para predição comportamental, a educação sexual deixa de ser apenas a transmissão de informações biológicas para se tornar um ato de resistência ética e política.

4.1 O PAPEL DO EDUCADOR

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000) estabeleceram a orientação sexual como um tema transversal, reconhecendo que a sexualidade permeia todas as dimensões da existência humana. No entanto, no contexto das "sociedades de controle" descritas por Deleuze (1992), o educador enfrenta um cenário onde as instituições de confinamento (como a escola clássica) perdem terreno para o controle contínuo das redes digitais. Nesse sentido, o papel do educador não é mais o de um mero transmissor de normas, mas o de um mediador entre os fluxos incessantes de conteúdos digitais e a capacidade de interpretação crítica da criança e do adolescente.

Para Lazzarato (2014), vivemos em uma era de "signos e máquinas", onde a subjetividade é produzida em escala industrial pelos algoritmos. O educador, portanto, atua na brecha dessa produção. Ao promover espaços de diálogo e reflexão, ele ajuda o aluno a desnaturalizar os estímulos hiperestimulantes da internet, que muitas vezes aceleram a erotização infantil de forma desassistida. Como aponta Figueiró (2004), a função do professor é preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva e saudável. No entanto, essa preparação hoje exige o enfrentamento da Psicopolítica (HAN, 2018): o poder digital não mais proíbe, mas seduz, capturando o desejo de forma tão sutil que o sujeito acredita ser livre enquanto é moldado por métricas de engajamento.

A formação continuada dos professores torna-se o ponto nevrálgico dessa discussão. Frequentemente, o corpo docente sente-se desarmado frente à complexidade da sexualidade digital, recuando para um "enfoque biologizante" (PCN, 2000). Esse recuo é perigoso, pois ignora que a sexualidade, desde a infância, é uma construção psíquica e social, como fundamentado por Freud (1905). Se o educador limita-se à anatomia, ele deixa o campo subjetivo — onde se formam o desejo, a autoimagem e a relação com o outro — à mercê dos algoritmos. A escola deve ser o lugar onde o "*infans*" (aquele que não fala) encontra palavras para simbolizar suas experiências, transformando o bombardeio de imagens em pensamento crítico e autonomia emocional.

O ambiente de confiança defendido por Figueiró (2004) e Silvares (2002) deve ser, na prática, uma "tecnologia do eu" (FOUCAULT, 2004). Trata-se de oferecer ferramentas para que o jovem possa governar a si mesmo em espaços virtuais onde a privacidade é constantemente ameaçada. Ser um "cidadão consciente" na era digital significa entender que o corpo, embora mediado pela tela, mantém sua vulnerabilidade e sua necessidade de limites éticos.

4.2 A PARCERIA ESCOLA E FAMÍLIA

A produção de uma sexualidade saudável não é um processo isolado, mas uma construção micropolítica que envolve a família, a escola e a sociedade (GUATTARI; ROLNIK, 1986). A ideia de que a educação sexual é responsabilidade exclusiva de uma dessas esferas é um anacronismo que não sobrevive à porosidade da vida digital. Como alerta Sherry Turkle (2011), as tecnologias podem gerar

o fenômeno do "juntos sozinhos" (*alone together*), onde pais e filhos compartilham o mesmo espaço físico, mas habitam universos subjetivos distintos e mediados por dispositivos.

A colaboração entre escola e família é o que Guattari (1992) chamaria de um novo "paradigma estético" de cuidado. A escola não deve apenas informar a família sobre seus projetos, mas acolher as angústias dos pais frente a temas como a exposição em redes sociais e o acesso precoce à pornografia. É fundamental compreender que a família, como locus primordial da formação da subjetividade, muitas vezes se sente atropelada pela velocidade das mudanças tecnológicas. A parceria, portanto, serve para realinhar as expectativas e criar uma rede de proteção que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) preconiza como dever de todos.

Conforme a distinção proposta por Vilelas Janeiro (2008), existe uma complementaridade funcional: enquanto a família lida com as dimensões afetivas mais singulares e profundas, a escola provê o conhecimento científico e a mediação social. No entanto, na era digital, essa fronteira torna-se fluida. O que um adolescente posta em sua rede social (esfera privada/familiar) reverbera imediatamente em sua vida escolar (esfera pública/social). Por isso, a escola deve ser o espaço onde as informações dispersas e, muitas vezes, distorcidas da internet são organizadas e problematizadas.

A orientação técnica da UNESCO (2010) reforça que a educação em sexualidade deve ser baseada em direitos. Isso implica que a parceria escola-família deve focar na prevenção de riscos sem cair no proibicionismo cego. Educar para a sexualidade digital envolve orientar sobre a proteção de dados pessoais e os perigos do *cyberbullying*, conforme os aprimoramentos trazidos pela Lei nº 11.829/2008 ao ECA. Mas, além da proteção legal, trata-se de uma proteção psíquica: ajudar a criança a entender que sua intimidade não é uma mercadoria de troca para obter "*likes*".

4.3 DESAFIOS PARA UMA FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA

O grande desafio da escola contemporânea é não sucumbir à "gramática da multidão" (VIRNO, 2003), que tende a massificar as reações e os desejos. A educação sexual deve ser um exercício de singularização. Meirelles (1997) e Meira (2002) já apontavam que o silêncio dos pais ou a inadequação da escola criam lacunas que são preenchidas por fontes externas pouco confiáveis. No século XXI, essas fontes são os influenciadores digitais e os sites de busca, que operam sob a lógica do lucro, não do desenvolvimento humano.

A escola, ao problematizar e ampliar o leque de conhecimentos (PCN, 2000), oferece ao aluno a possibilidade de construir seu próprio caminho, longe dos binarismos simplistas e dos padrões de beleza e comportamento impostos pelas redes. Trata-se de uma "clínica do social", onde o educador atua sobre as patologias da hipermodernidade — como a ansiedade corporal e a despersonalização.

Em suma, a mediação escolar e a parceria familiar formam um "dispositivo de segurança" (FOUCAULT, 1975), mas um dispositivo que, em vez de apenas vigiar e punir, busca emancipar. A

sexualidade saudável na infância e adolescência depende da nossa capacidade de criar espaços onde a tecnologia seja uma ferramenta de expansão da vida, e não um mecanismo de captura da alma. Somente através dessa aliança ética e dialógica poderemos garantir que o desenvolvimento da subjetividade ocorra de forma plena, respeitando a dignidade e a singularidade de cada sujeito em formação.

5 EDUCAÇÃO PREVENTIVA ENTRE A ÉTICA DO CUIDADO E A RESISTÊNCIA À CAPTURA DIGITAL

A educação preventiva, no contexto contemporâneo das sociedades de controle (DELEUZE, 1992), transcende a função meramente informativa de "evitar perigos". Ela se configura como um dispositivo pedagógico de produção de subjetividades singulares, capazes de negociar com as pressões normativas da cultura digital. Se, historicamente, a prevenção focava na patologia ou na gravidez precoce, hoje ela deve incidir sobre a psicopolítica (HAN, 2018), que atua no monitoramento e na modulação dos afetos e impulsos sexuais por meio de algoritmos. Educar preventivamente, portanto, é fornecer ferramentas para que a criança e o adolescente desenvolvam um "autodomínio", uma tecnologia do eu (FOUCAULT, 2004), frente a um sistema que lucra com a desinibição e a exposição constante da intimidade.

5.1 A SEXUALIDADE COMO EIXO DA SUBJETIVIDADE E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

A compreensão da sexualidade adotada nesta proposta afasta-se de uma visão puramente biológica ou funcionalista. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS) e as diretrizes da UNESCO (2010), a sexualidade é um aspecto central do ser humano que abarca dimensões biológicas, psicológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais e éticas. No entanto, para além da definição técnica, a educação em sexualidade deve ser entendida como um processo de formação de cidadãos críticos. Segundo Freud (1905), a sexualidade infantil possui uma dinâmica própria, não sendo apenas uma "miniatura" da sexualidade adulta, mas o fundamento sobre o qual a subjetividade se constrói através das pulsões e do encontro com o outro.

A educação preventiva, ao integrar os aportes da UNESCO (2010), propõe uma abordagem culturalmente relevante e cientificamente correta. No entanto, o desafio atual reside no fato de que a "informação" já está disponível ao alcance de um clique. O problema não é mais a escassez de dados, mas a saturação de conteúdos sem mediação simbólica. Como argumenta Lazzarato (2014), vivemos sob o regime da "servidão maquínica", onde os indivíduos são transformados em engrenagens de fluxos de informação. Nesse cenário, a educação preventiva atua como uma "interrupção" pedagógica, um espaço de pausa e reflexão que permite ao jovem transformar o estímulo em pensamento, e o impulso em desejo mediado pela ética.

Nesta perspectiva, a educação preventiva desdobra-se em duas dimensões fundamentais que se retroalimentam no processo de subjetivação:

5.1.1 Dimensão Interna

A frente interna da educação preventiva foca na constituição do sujeito. Trata-se de ajudar a criança a compreender o seu próprio corpo não como um objeto de consumo ou uma imagem a ser "curtida", mas como o território da sua existência e dignidade. Aqui, as contribuições de Silvares (2002) e Meira (2002) são essenciais para promover o autoconhecimento e o fortalecimento dos vínculos afetivos.

A prevenção interna lida com a formação da autoestima e do respeito às fases do desenvolvimento psicossexual. Em um mundo digital que exige a "transparência total" (HAN, 2018), a escola deve ensinar o valor do pudor e da privacidade como direitos fundamentais. Não se trata de uma moral conservadora, mas de uma ética da proteção: a criança precisa entender que tem o direito de não ser exposta e que seus sentimentos e desejos possuem um tempo de maturação que a aceleração algorítmica ignora. Ao fortalecer a dimensão interna, a educação preventiva cria o que Guattari (1992) chama de "subjetividade de grupo", onde o jovem se sente seguro para expressar suas dúvidas sem o medo do julgamento ou da exclusão digital.

5.1.2 Dimensão Externa

A frente externa volta-se para o mundo e para a alteridade mediada pela técnica. Capacitar crianças e adolescentes para identificar situações de risco, como comportamentos abusivos em relacionamentos iniciados em redes sociais, é uma forma de exercício de cidadania. O ECA (1990) e a Lei nº 11.829/2008 fornecem o arcabouço legal para a proteção contra a pornografia infantil e o abuso, mas a prevenção eficaz exige que o jovem possua um "senso crítico-estético" (GUATTARI, 1992) para perceber quando está sendo manipulado.

A manipulação virtual muitas vezes ocorre através da sedução e da validação social (*likes*, seguidores). A educação preventiva deve discutir como a arquitetura das redes sociais é desenhada para explorar a vulnerabilidade emocional do adolescente, promovendo uma erotização precoce que serve aos interesses do capitalismo de vigilância (ZUBOFF, 2019). Aprender a dizer "não" a uma solicitação de foto íntima ou identificar um discurso de ódio travestido de liberdade de expressão são competências vitais. Como aponta Vilelas Janeiro (2008), essa capacitação externa deve ser feita em parceria com a família, criando uma rede de monitoramento afetivo que não seja puramente punitiva, mas emancipatória.

5.2 SEXUALIDADE, CIDADANIA E MÉTODOS ATIVOS

A educação preventiva para uma sexualidade saudável deve, obrigatoriamente, passar pela discussão sobre relações de gênero e diversidade. Os PCN (2000) já indicavam a necessidade de combater preconceitos e discriminações. No ambiente digital, essas violências são amplificadas e despersonalizadas, tornando o "outro" um alvo de ataques sem rosto. Educar preventivamente é, portanto, educar para a alteridade.

O respeito ao outro e a si mesmo deve ser trabalhado como um valor inegociável da convivência democrática. Para isso, a utilização de métodos didáticos ativos e participativos — como propõe a UNESCO (2010) — é fundamental. O educador não deve ser o "dono do saber", mas o facilitador de oficinas, debates e estudos de caso que tragam a realidade do jovem para dentro da sala de aula. É preciso discutir a cultura do cancelamento, o impacto dos filtros de imagem na percepção corporal e como as "bolhas" algoritmos limitam a compreensão da pluralidade sexual.

Ao problematizar essas questões, a escola atua na micropolítica do desejo (GUATTARI; ROLNIK, 1986). A educação preventiva deixa de ser uma palestra anual sobre doenças para se tornar um projeto contínuo de "desindividualização". O jovem aprende que sua sexualidade está conectada ao coletivo, ao respeito mútuo e à construção de uma cultura de paz. A autonomia, nesse sentido, não é o isolamento, mas a capacidade de fazer escolhas conscientes em meio às pressões das "máquinas de subjetivação" (LAZZARATO, 2014).

Em última análise, a educação preventiva visa garantir que a sexualidade seja vivida como uma fonte de bem-estar e prazer ético, e não como uma fonte de sofrimento ou exploração. Diante das tecnologias digitais, que tendem a uniformizar os corpos e as subjetividades, a escola deve ser o refúgio da singularidade.

A prevenção é o ato de oferecer ao aluno o direito de ser o autor de sua própria história sexual e afetiva. Como bem destacam Meirelles (1997) e Figueiró (2004), o sucesso da educação sexual reside na formação de um sujeito capaz de viver sua sexualidade de forma feliz e consciente. Isso só é possível se a escola e a família fornecerem o suporte necessário para que a criança e o adolescente naveguem pelo oceano digital sem perderem a bússola de sua própria integridade física e psíquica. A educação preventiva é, em essência, um compromisso com a vida e com a liberdade em tempos de controle tecnológico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a produção de subjetividade na era digital está profundamente atravessada pelos fluxos informacionais e pelas dinâmicas das tecnologias digitais, que influenciam diretamente a construção da sexualidade de crianças e adolescentes. Nesse contexto, confirma-se que a exposição precoce e desmediada a conteúdos digitais amplia a vulnerabilidade a

riscos como erotização precoce, violência e exploração, comprometendo o desenvolvimento psíquico e social.

À luz da Psicanálise, compreende-se que a sexualidade é constitutiva do sujeito desde a infância, o que reforça a necessidade de intervenções educativas precoces e qualificadas. Nesse sentido, o estudo alcança seu objetivo ao demonstrar que a educação preventiva, quando fundamentada teoricamente e articulada entre escola e família, constitui um instrumento essencial para a promoção de uma sexualidade saudável, crítica e consciente. Como implicação, destaca-se a urgência de fortalecer práticas educativas que transcendam abordagens meramente informativas, priorizando o diálogo, a escuta e a formação crítica frente às tecnologias digitais. Além disso, evidencia-se a necessidade de investimento na formação continuada de educadores e no engajamento das famílias como agentes ativos no processo de mediação.

Conclui-se, portanto, que a construção de uma subjetividade saudável no contexto contemporâneo depende da integração entre conhecimento científico, sensibilidade pedagógica e alfabetização digital, de modo a possibilitar que crianças e adolescentes desenvolvam autonomia, proteção e consciência em relação à sua sexualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, [1990].

BRASIL. Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à pornografia infantil. Brasília, DF: Presidência da República, [2008].

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000. v. 10.

DELEUZE, Gilles. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. *In*: DELEUZE, Gilles. Conversações. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FIGUEIRÓ, M. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. *In*: MELO, W. (org.). Sexualidade e educação. Maringá: Eduem, 2004.

FOUCAULT, Michel. Tecnologias do eu. *In*: FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). *In*: FREUD, Sigmund. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1972. v. 7.

GUATTARI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.

HAN, Byung-Chul. Psicopolítica: neoliberalismo e novas técnicas de poder. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

LAZZARATO, Maurizio. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LAZZARATO, Maurizio. Signos, máquinas, subjetividades. Tradução de Paulo Domenech Oneto. São Paulo: Edições Sesc, 2014.

MEIRA, Luiz B. Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos. João Pessoa: Autor Associado, 2002.

MEIRELLES, João Alfredo Boni. Os Ets e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. *In*: AQUINO, Júlio Groppa (org.). Sexualidade na Escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SILVARES, E. F. M. Orientação sexual da criança. *In*: BRANDÃO, M. Z. S. *et al*. (orgs.). Comportamento humano: tudo (ou quase tudo) que você gostaria de saber para viver melhor. Santo André: ESETec Editores Associados, 2002.

TURKLE, Sherry. Alone Together: why we expect more from technology and less from each other. New York: Basic Books, 2011.

UNESCO. Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências. Paris: UNESCO, 2010.

VILELAS JANEIRO, J. M. S. Educar sexualmente os adolescentes: uma finalidade da família e da escola?. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 382, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/6758.

VIRNO, Paolo. Gramática da multidão: para uma análise das formas de vida contemporânea. Tradução de Leonardo Cássio. São Paulo: Annablume, 2003.

ZUBOFF, Shoshana. The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: PublicAffairs, 2019.